

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

### RESOLUÇÃO CGEN No XX, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019

É urgente a regulamentação e definição dos procedimentos para a realização de cadastro de atividades de acesso realizado por pessoa jurídica estrangeira nos termos da Lei 13.123/2015, uma vez que o SisGen, em sua versão atual, não contempla tais hipóteses e, por outro lado, não há vedação legal à hipótese de acesso pela mesma.

Veja-se:

#### **Usuário: Quem pode acessar o patrimônio genético do País?**

A Lei 13.123/2015 traz em seu artigo 2º alguns conceitos que nos levam à conclusão de que pessoa jurídica estrangeira pode acessar patrimônio genético do país, uma vez que o conceito de Usuário trazido pela legislação atual também não restringe sua nacionalidade:

Art. 2º, inciso XV - **Usuário** - pessoa natural ou jurídica *[sem restrição à nacionalidade]* que realiza acesso a patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado ou explora economicamente produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado.

O artigo 11 da Lei 13.123/2015 esclarece quais as atividades estão sujeitas à esta legislação, e no parágrafo primeiro, restringe expressamente o acesso apenas à pessoa natural estrangeira deixando claro que à pessoa jurídica não cabe nenhuma restrição. Quando se fala em vedações, nem restrição de acesso e nem a obrigação de associar-se a uma instituição nacional para que seja "autorizado" o acesso a ela.

Ademais, ainda na esfera de conceitos, o Artigo 2º, inciso XIII, prevê a possibilidade de remessa de material biológico à instituição estrangeira para a finalidade de acesso. Mais uma vez, deixando claro que este sujeito pode realizar atividades de pesquisa e/ou desenvolvimento tecnológico sobre o patrimônio genético do Brasil. Inclusive, repassa a responsabilidade sobre a amostra, demonstrando que não é exigido nenhum tipo de associação ou parceria entre o remetente e o destinatário desde o início das atividades.

Art. 2º, inciso XIII - **Remessa** - transferência de amostra de patrimônio genético para instituição localizada fora do País com a finalidade de acesso, na qual a responsabilidade sobre a amostra é transferida para a destinatária;

Sendo uma novidade da Lei 13.123/2015 a permissão de que a pesquisa sobre o patrimônio genético aconteça a qualquer momento, sem nenhum tipo de autorização, e somente após algum dos marcos de resultados definidos no Art. 12 da Lei, parágrafo 2º, este acesso deve ser cadastrado no sistema para fins de rastreabilidade e cumprimento das demais exigências da Lei.

#### **SisGen: Cadastros de acesso e notificações de produtos acabados e material reprodutivo**

O artigo 12, inciso II, indica quais as atividades devem ser cadastradas. E nesta situação, menciona expressamente, o acesso de pessoa jurídica estrangeira quando associada a uma instituição de pesquisa

nacional, deve ser cadastrado. De forma clara, a Lei não limita o acesso ao nacional, nem o cadastro pelo estrangeiro.

Art. 12. Deverão ser cadastradas as seguintes atividades:

[...]

II - acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado por pessoa jurídica sediada no exterior associada a instituição nacional de pesquisa científica e tecnológica, pública ou privada;

Já o artigo 22 do Decreto 8.776/2016, detalha como deve ser realizado o cadastro pela instituição nacional, indicando o estrangeiro como parceiro, mas não há previsão expressa de que o estrangeiro pudesse ser a instituição responsável pelo cadastro indicando a nacional como parceira.

Art. 22. Para a realização do cadastro de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, a pessoa natural ou jurídica nacional deverá preencher o formulário eletrônico do SisGen que exigirá:

II - informações sobre as atividades de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico, incluindo:

h) informações da instituição sediada no exterior associada à instituição nacional, no caso previsto no inciso II do art. 12 da Lei nº 13.123, de 2015

Como consequência operacional o SisGen da forma como foi construído na sua versão inicial, não permite que a instituição estrangeira realize o cadastro diretamente.

Atualmente, a única forma de incluir a empresa estrangeira em um cadastro no SisGen é se uma entidade nacional a indicar como parceira em seu próprio cadastro. Essa solução, porém, não reflete de forma objetiva e correta à permissão legal dada às entidades estrangeiras para que realizem atividades de acesso em nome próprio, ainda que associadas a uma instituição ou empresa nacional, sem especificar a natureza dessa associação.

Contudo, apesar de indicar que o nacional deve informar sobre a parceria com o estrangeiro se fizer o cadastro, essa norma não veda que o estrangeiro realize o seu próprio cadastro, e nem poderia fazê-lo, uma vez que a lei não possui restrição nesse sentido.

Em linhas gerais, reconhece-se que não há vedação expressa à atividade de acesso ao patrimônio genético e/ou ao conhecimento tradicional associado por pessoa jurídica estrangeira, e para garantia de rastreabilidade e demais obrigações da Lei, é urgente a necessidade de definição dos procedimentos adequados ao cadastramento de atividades diretamente por instituição estrangeira.